

Lugar de Fala, Enquadramento e Valores no Caso Ângela Diniz

Cecília Lana¹

Resumo

O presente artigo parte do entendimento da mídia como instância que está em profunda sintonia com os valores em vigência numa determinada sociedade e que é, portanto, capaz de construir, refletir, atualizar e reforçar valores e normas sociais. A proposta é identificar os “lugares de fala” construídos pelos discursos, bem como os valores e quadros de sentido acionados pela instância midiática na construção da narrativa de um crime passional específico: o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, ocorrido em 1976.

Palavras-chave: *Lugar de fala; Enquadramento; Valores.*

1. Introdução

Este artigo é fruto dos primeiros estudos e levantamentos de dados feitos para uma pesquisa maior², que dará origem a um projeto de conclusão de curso em Comunicação Social. As discussões empreendidas aqui estão em sintonia com as do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS) da Universidade Federal de Minas Gerais.

A proposta do artigo é compreender a maneira como a mídia - entendida aqui como instância que possui profunda sintonia com os valores em vigência na sociedade - constrói, reflete, atualiza e reforça um sistema normativo referente a papéis de gênero. Para tanto, tomamos como objeto empírico a cobertura midiática do homicídio cometido por Doca Street contra Ângela Diniz, em dezembro de 1976. Mais especificamente, nosso objetivo é

¹ Aluna do curso de Comunicação Social da UFMG, bolsista de iniciação científica do CNPq, integrante do GRIS (Grupos de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade). Email: cecilialana12@gmail.com

² O propósito de nossa pesquisa - a qual está ainda em andamento - é investigar como a construção midiática do crime passional dá a ver um quadro de valores e um sistema normativo referente a papéis de gênero e, sobretudo, avaliar uma suposta transformação que vem se operando em instituições, valores e normas sociais. O objeto empírico que integra nosso principal *corpus* de pesquisa é a cobertura televisiva do crime ou seqüestro de Santo André, que resultou na morte da menina Eloá, em outubro de 2008. O objeto que nos propomos a analisar neste artigo, um crime passional ocorrido em dezembro de 1976, mostrou-se relevante para nosso estudo porque funcionará como o que chamamos de “*corpus* de apoio” ou “*mini-corpus* de pesquisa”. O objetivo é que esse material secundário sirva como base comparativa através da qual poderemos identificar possíveis mudanças nas instituições, normas e valores que perpassam o tratamento das questões de gênero ao longo dos anos.

perceber que “lugares de fala” foram construídos pelos discursos dos diferentes veículos acerca do assassinato de Ângela Diniz e que valores foram acionados pela mídia para enquadrar esses “lugares de fala”.

Ângela Diniz era figura conhecida na sociedade mineira, famosa por sua beleza e por seu comportamento pouco conservador para a época. Sua vida era sempre comentada nas colunas dos jornais de Belo Horizonte, seu nome associado ora a grandes eventos, ora a grandes escândalos. Ângela casou-se muito jovem e separou-se do marido alguns anos depois, quando passou a ser retratada pela imprensa da época como uma mulher que “vivia entre festas, drogas e amantes”. Em dezembro de 1976, foi morta por ciúme, pelo novo amante com quem vivia em Búzios há três meses, Raul Fernandes do Amaral, o Doca Street.

O caso Ângela Diniz é revelador do contexto normativo e dos papéis de gênero vigentes na sociedade entre os anos de 1976 e 1981. Os rumos que tomaram tanto o julgamento como a cobertura midiática não podem ser compreendidos dissociados das referências culturais e morais que então governavam as relações sociais. Caso Ângela Diniz fosse assassinada hoje, provavelmente não sealaria em defesa da honra (a lei, inclusive, já caducou); tampouco não se condenaria publicamente a liberdade da mulher na escolha de seus parceiros.

É a partir da análise da enunciação de três revistas que fizeram a cobertura do caso (as revistas *Manchete*, *Veja* e *Istoé*) que nos propomos a olhar para os “lugares de fala” construídos pelos discursos e para os valores e quadros de sentido acionados pela instância midiática na construção da narrativa desse crime passionai.

2. O conceito de “lugar de fala”

José Luiz Braga (2000) sugere aos estudiosos que tomam como objeto empírico um produto cultural, como é o nosso caso, que utilizem em suas análises o conceito de “lugar de fala” para dar conta dos elementos concretos da situação de enunciação. Trata-se de um cuidado para que o produto analisado – no nosso caso, as enunciações dos veículos a respeito do caso Ângela Diniz – não se transforme em mero informador complementar de um contexto mais abrangente. Dessa maneira, nosso esforço será na direção de empreender uma análise dos sentidos que emergem dos enunciados.

De acordo com Braga, toda fala necessariamente faz sentido em algum espaço, de acordo com uma ótica. Esse “lugar de sentido” é o que o autor chama de lugar de fala. Logo, buscar o lugar de fala ocupado, construído por um enunciado é buscar em que ambiente, em que ângulo, sob que perspectiva aquele enunciado faz sentido; é flagrar a situação específica que torna possível que determinada fala seja dita.

O lugar de fala não existe antes e independente da enunciação, mas entre a situação concreta da fala e os intertextos. Ele pode mesmo ser definido como uma lógica de articulação entre a fala, a situação mais imediata e os diversos textos disponíveis na sociedade, com os quais estabelece relações de cooperação ou conflito. “Ao tratar uma situação, uma fala constrói um lugar de fala na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis.” (BRAGA, p. 169).

Assim, o sentido das falas a respeito do homicídio de Ângela Diniz só pode ser apreendido se levarmos em conta a situação específica, as particularidades e contingências que definem o crime e as falas trocadas na sociedade, os dizeres sobre o mundo. Podemos dizer, portanto, que nossa análise passa pela articulação entre questões do momento da fala e questões do “fora-de-campo”.

A seguir, examinaremos separadamente cada um dos três elementos que compõem o lugar de fala – a enunciação (ou fala), a situação (contexto mais imediato) e os discursos socialmente disponíveis (contexto social mais amplo). A partir da observação desses elementos, poderemos responder às seguintes questões: onde e como foi possível ser dito o que se disse na mídia a respeito de Ângela Diniz? Qual é o lugar da fala que caracteriza Ângela Diniz e narra seu assassinato? Em suma: que fala é a fala dos veículos a respeito de Ângela?

2.1 A situação (o crime)

Na noite de 30 de dezembro de 1976, em sua casa de praia em Búzios, na Praia dos Ossos, Ângela Diniz foi assassinada com três tiros no rosto e um na nuca, por seu companheiro, com quem vivia há quatro meses, Raul Fernandes do Amaral Street, apelidado de Doca Street. Após ter cometido o crime, Doca deixou a arma ao lado do corpo e fugiu.

No dia do assassinato, o casal foi visto por alguns amigos discutindo na praia. Doca estaria enciumado e seu comportamento era agressivo. Supõe-se que tanto Ângela quanto

Doca estariam alcoolizados, pois haviam tomado bastante vodca durante a tarde. Apesar de ambos serem usuários de droga, não foi confirmado o consumo de qualquer tipo de droga naquele dia. À noite, o casal teria discutido novamente e, dessa vez, Ângela teria expulsado Raul de sua residência. Doca teria resmungado algo semelhante a “Você não deveria ter feito isso”, entrado em seu carro e andado alguns quilômetros. Entretanto, minutos depois, resolveu voltar. Surpreendeu Ângela sentada em um banco e descarregou a arma nela.

Doca Street já tinha sido porteiro de hotel em Miami, caçador no Quênia (contratado por uma empresa de safári), salva-vidas e proprietário de empresa imobiliária. Já havia sido casado com Stella Arens, com quem tinha um filho. Antes de conhecer Ângela, Doca era casado com Adelita Scarpa, mulher rica e de família tradicional. Ângela teria sido o motivo do divórcio.

Ângela era conhecida no Rio de Janeiro como a “Pantera de Minas”. Levou uma vida agitada, cheia de incidentes e ampla aparição midiática. Em 1962, aos 17 anos, casou-se com Milton Vilas Boas, com quem teve três filhos. Nove anos depois, com 26 anos, desquitou-se.

Em 1973, José Avelino dos Santos, vigia da mansão de Ângela na Vila Gutierrez em Belo Horizonte, foi encontrado morto e a patroa foi acusada de tê-lo assassinado. Ângela chegou mesmo a admitir o crime, mas seu companheiro na época, o conhecido milionário Tuca Mendes, assumiu a culpa em seu lugar, alegando legítima defesa. Tuca foi absolvido e, após o julgamento, rompeu com Ângela. Correram rumores de que Tuca Mendes havia matado o vigia porque esse teria dormido com a amante. Mais tarde, foi confirmada a existência de esperma do vigia na cama de Ângela.

Passado esse episódio, Ângela mudou-se para o Rio de Janeiro. Teve, então, um romance com o jornalista Ibrahim Sued. Apesar de ter perdido a guarda de seus três filhos com Milton Vilas Boas, Ângela levou-os ilegalmente para o Rio. Foi acusada de seqüestro e, quando morreu, o processo ainda estava em andamento.

Em 1975, Ângela foi presa, acusada de esconder mais de cem gramas de maconha em seu apartamento e admitiu ser viciada em drogas.

Em 1976, Ângela conhece Raul num jantar em São Paulo. Um mês depois, ele larga a esposa para ir morar com Ângela em Búzios.

Evandro Lins e Silva foi o advogado encarregado da defesa de Doca. Como estratégia de defesa, o advogado utilizou a versão passional para o crime. Ângela teria conhecido, na praia, uma alemã, Gabrielle Dayer, por quem teria se apaixonado e com

quem queria ter relações. Doca teria se recusado a aceitar a sugestão de Ângela de que fossem para a cama os três, o que teria servido de estopim para a briga. Alegando a legítima defesa da honra de seu cliente, o advogado conseguiu que Doca fosse condenado a apenas dois anos de reclusão com *sursis* (ele não precisaria recolher-se à prisão).

Os movimentos feministas fizeram grandes protestos, a acusação recorreu e o caso foi mais uma vez a julgamento, em 1981. Dessa vez, Doca foi condenado por homicídio qualificado a 15 anos de reclusão. O Júri entendeu que ele não agiu em defesa de nenhum direito. Para Luiza Nagib Eluf, especialista na área criminal e autora do livro *A paixão no banco dos réus*, “havia finalmente mudado a benevolência da sociedade brasileira para com os crimes de honra” (ELUF, 2003, p.69).

2.2 O contexto social mais amplo

O homicídio de Ângela Diniz é um caso emblemático de violência contra a mulher. Sendo assim, o contexto social mais amplo que se mostra pertinente para nosso estudo e merece ser resgatado rapidamente aqui é a condição da mulher na sociedade ao longo dos anos.

O sexo feminino, no decorrer da história, sempre ocupou uma posição de subordinação e inferioridade com relação aos homens. A obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, grande marco para a discussão da situação da mulher, procura exatamente provar essa sujeição. “O certo é que até aqui as possibilidades da mulher foram sufocadas e perdidas para a humanidade” (BEAUVOIR, 1980, p.483).

Conforme discussão de Scofield (2007), Jean Jacques Rousseau publicou, em 1762, *Emílio*, livro inspirado e inspirador do modelo de organização familiar da época. Enquanto o personagem Emílio é descrito como possuidor de uma série de atributos masculinos, como força, caráter e intelecto, Sofia, sua esposa, tinha como característica principal a modéstia. Através dessa caracterização de seus personagens, Rousseau procurou mostrar que o recato deveria ser cultivado nas mulheres. Na época, a sexualidade feminina era vista como ameaçadora para o homem. As mulheres deveriam ser educadas na vergonha e no pudor, para que houvesse equilíbrio nas relações conjugais. A repressão das mulheres, se praticada desde cedo, estimularia a virilidade masculina e garantiria que as mulheres se tornassem boas mães e esposas. Como se vê, há muito que a família e o espaço doméstico foram definidos como sendo os espaços para a ocupação do sexo feminino.

De acordo com dados levantados por Blay (2003), no Brasil, antes da República, o assassinato de mulheres era legítimo quando motivado por adultério. A Constituição permitia que o marido matasse tanto a esposa infiel quanto o amante. Mas, se o marido mantivesse relações com outra mulher, tratava-se de concubinato e não de adultério. Apenas em 1916, o Código Civil alterou estas disposições e passou a considerar o adultério tanto para o homem quanto para a mulher como razão para desquite. Também constava no Código de 1916 que, para poder trabalhar, a mulher deveria ter autorização do marido.

Com o surgimento da industrialização e da urbanização, a vida cotidiana, particularmente a das mulheres, foi radicalmente alterada e essas passaram a ocupar cada vez mais o espaço das ruas. Graças à educação e ao trabalho remunerado, algumas mulheres adquiriram maior poder social e econômico e passaram a protestar contra a tirania masculina, a infidelidade e a violência no lar.

A luta feminina em busca da igualdade de direitos políticos e educativos atingiu seu auge nos anos 20, com o sufrágio, quando a mulher conquistou o direito de voto, a oportunidade de estudo e de acesso a certas profissões.

Na década de 60, o movimento feminista volta a ganhar força em todo o mundo e também no Brasil. Quando Ângela Diniz foi morta por Doca Street, em 1976, um forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos foi ativado. O assassinato de Ângela e a libertação de Doca Street levaram as mulheres a se organizar em torno do lema: “quem ama não mata”.

2.3 A enunciação dos veículos

Os trechos das enunciações que serão reproduzidos aqui foram veiculados em revistas e jornais que fizeram a cobertura do assassinato de Ângela Diniz. Fazem parte do nosso *corpus* as revistas *Manchete*, *Veja* e *IstoÉ*. Devemos ressaltar que nosso objetivo aqui não é estudar o posicionamento de um veículo específico (a favor ou contra a condenação de Doca Street), mas tomar fragmentos de enunciações como parte de uma grande narrativa e, através desta, apreender uma fala social mais ampla. Ao tomarmos os textos dos veículos como enunciados, estamos entendendo que esses são portadores de instruções de leitura, de sugestões de posicionamento.

De forma sintética, podemos dizer que as falas dos jornais traçam dois perfis para Ângela. Ora sua caracterização é feita de forma crítica, ora de forma elogiosa. Ângela é

retratada ora como mulher autêntica e corajosa, à frente de seu tempo, modelo a ser seguido, ora como mulher devassa, promíscua, irresponsável, anti-modelo.

O título da reportagem de capa da Revista Manchete de 15-01-77 é “*Ângela Diniz: a morte da Pantera*”. O adjetivo “pantera” apareceu de maneira recorrente na mídia para se referir a Ângela. Uma das fotografias da reportagem mostra Ângela Diniz imponente, olhando fixamente para a câmera, como que desafiando os leitores. Ela veste um “tubinho” preto decotado até a região do umbigo que evidencia sua cintura fina e seu talhe esbelto; sua postura destemida lhe confere o ar felino. Parece de fato uma pantera negra.

Em 2003, quando o programa da Rede Globo, *Linha Direta*, exibiu um episódio que reconstituía o assassinato de Ângela, a feminista Mirian Chrystus, convidada que prestou depoimentos naquela edição, lançou a seguinte provocação: “*O que é uma pantera? É um animal para ser caçado*”. Popularmente, são chamados de pantera felinos como o leão, o tigre e o leopardo. São animais selvagens, carnívoros, ameaçadores, que oferecem perigo ao homem, assim como Ângela, que por vezes apareceu nos jornais como uma ameaça para a sociedade. Se levarmos em conta o fato de que Doca era um caçador de leões na África, a alcunha “Pantera” adquire um significado pejorativo ainda mais explícito. A reportagem de capa da revista *Veja* de 11-11-1981 sobre o segundo julgamento e a condenação de Doca intitula-se “*O dia da caça chegou*”, numa alusão ao provérbio que diz que “um dia é da caça, outro é do caçador”. Dessa forma, a revista coloca Ângela e Doca nos papéis de, respectivamente, caça e caçador. Ora, a caça é ameaçadora, logo, deve ser perseguida, abatida.

Os trechos a seguir mostram que Ângela era vista como uma ameaça aos valores da “tradicional família mineira”: “*Era uma mulher do mundo*”; “*Ligações definitivas não eram para Ângela*”; “... [Ângela] *tinha compulsão em provocar os homens à sua volta*”; “*Inquietava as mulheres bem casadas, intranqüilizava maridos bem comportados...*”. (BATISTA, 1977, p. 4-11). Fica claro que o fato de Ângela não reprimir seus desejos causava incômodo.

“*A morte de Ângela é uma denúncia dolorosa contra esses modelos de vida não evangélicos*” (MEGALE In. MANCHETE, 1977, P.14). Essa declaração do Padre João Batista Megale à revista *Manchete* de 22-01-1977 atribui a morte de Ângela a seu comportamento transgressor e, dessa forma, transfere a culpa do assassinato quase que completamente para a própria Ângela. Sua vida de excessos teria levado ao desfecho trágico. A fala do padre insinua que a morte de Ângela seria uma prova de que se

comportar em desacordo com as normas morais pregadas pela religião poderia trazer como consequência um destino infeliz.

Outro lugar comum na cobertura midiática do crime foi a colocação de Doca Street no lugar de vítima. Nos trechos que se seguem, podemos perceber como ele é retratado como um homem que teve a vida arruinada por Ângela Diniz:

Doca era um homem feliz, afável, simpático, queridíssimo na sociedade paulistana e estimado por gente humilde. Tinha um filho lindo, excelente situação financeira, residia no Morumbi, era bem casado. Ângela lhe virou a cabeça”; “O que aconteceu com meu irmão foi uma trágica fatalidade. Simplesmente uma paixão desenfreada o alcançou em cheio e ele se descontrolou fatalmente [...] Meu irmão teve uma paixão negra (Luís Carlos Street *In. MANCHETE*, 1977, p.12).

Além de ter sido retratada como responsável pela infelicidade de Doca, Ângela aparece freqüentemente como uma “destruidora de lares”, mulher que arruína a vida e a família dos homens que seduz. É como se tudo aquilo que tocasse nela se contaminasse:

Ibrahim Sued, cronista social, homem de negócios, seria o próximo [...] Seguiu Ângela por todos os lados, separou-se da família, até ser trocado por outro jornalista, numa época em que Ângela já se envolvia em novos problemas policiais, desta vez ligados a entorpecente. [...] Como todos os outros homens de Ângela, também abandonou a família, desnorreado por sua beleza e sedução. (BATISTA, 1977, p. 4-11).

De forma contrastante, como dissemos antes, a mídia também ressalta pontos positivos de Ângela Diniz, ainda que esse tratamento apareça com menor freqüência. A revista *Manchete* de 15-01-1977 descreve Ângela Diniz da seguinte maneira: “*Era mais que beleza, era estilo de vida*”; “*Tinha um caminhar pela vida muito seu*”; “*Era autêntica, sedutora e valente*”; “*Uma das mais belas mulheres do país*”. A revista utiliza ainda adjetivos como “*corajosa*” e “*guerreira*”, repetidamente.

Na mesma revista, na edição de 29-01-1977, encontramos as seguintes enunciações: “*Ângela morreu por causa do tradicionalismo da sociedade mineira*”;

Morreu não por ser uma enlouquecedora de homens, pois só enlouquecem os homens que estão em disponibilidade de endoidecer. [...] Morreu não por ser infiel. A fidelidade é um valor discutido e discutível em todos os níveis, como os homens jamais a praticaram – estão cansados de saber. Ângela Diniz morreu por ser mulher – e mineira. Na concepção do machismo, não acabou o velho direito medieval do homem matar a mulher quando essa rompe os códigos. A emoção do ciúme e da revolta podem ser naturais e Doca bem poderia senti-los. Mas quando à emoção do afeto ferido se reúne a certeza do dogma e a sensação do poder, aí é o fascismo. Ou a eliminação física, pura e simples. (STUDART, 1977, p. 22).

Fica claro aqui que, apesar de grande parte das falas sociais condenarem o comportamento de Ângela Diniz, houve também discursos que apontavam para direções opostas e que criticavam o machismo e o conservadorismo da sociedade da época. Na revista *IstoÉ* de 18-11-1981, na seção de cartas, verifica-se a indignação de uma leitora para com o assassinato de Ângela: “*Ninguém tem o direito de matar*”.

Notamos que, principalmente a partir de novembro de 1981, época do segundo julgamento de Doca Street, a mídia deu grande visibilidade à mobilização do movimento feminista contra Doca Street: “*Doca chegou ao fórum sob um coro de ‘prende, ‘condena’, ‘cadeia’...*” (MALTA, 1981, P. 53); “As feministas organizaram vigília durante o julgamento”; (LIMA, 1981, p. 21-23); “... o juiz leu a sentença condenando Doca a 15 anos de prisão. Houve palmas. Estourou a alegria na turma que torcia contra o réu” (LIMA, 1981, p.22).

Assim, de maneira geral, pode-se dizer que dois discursos foram construídos na cobertura de diferentes veículos (e, às vezes, de um mesmo): um relacionado ao machismo e outro relacionado ao feminismo. Isso significa que as falas veiculadas pela mídia a respeito do caso Ângela Diniz só fazem sentido quando vistas sob a ótica do machismo ou do feminismo; são estes os seus lugares de fala; são estes os ângulos propostos estruturalmente pelas enunciações para “ver” o caso Ângela Diniz. Afinal, como destaca Braga,

deve ser possível indicar lugares de fala amplos e complexos que respondam por angulações histórico-sociais e ou psicológicas de grande interesse para grupos humanos e mesmo para vastos segmentos da população mundial. É possível assim pensar em formações discursivas que, antes de serem “ideológicas”, se organizam a partir de problemas concretos largamente partilhados: os anti-racismos, os feminismos, a ecologia, os direitos humanos. (BRAGA, 2000, p.172)

O “lugar de fala”, ao configurar a maneira como falamos e estruturamos os discursos, denuncia uma intencionalidade do veículo, um “querer que vejamos deste ou daquele modo”. Isso aponta para a noção de quadros de sentido, como discutiremos a seguir.

3. Quadros de sentido (*Frames*)

Erving Goffman (1991) nos chama a atenção para as operações de enquadramento que os indivíduos realizam nas diferentes situações do dia-a-dia para interpretar e organizar os fatos. Enquadrar um fato significa acionar “quadros de sentido” que o dotem de

significação. São esses “quadros de sentido”, princípios de inteligibilidade ou, como quer Goffman, *frames*, que organizam nossas interações na vida social e garantem nosso bom desempenho de papéis.

Ao tecer suas narrativas, a mídia realiza cortes e seleções, posiciona desta ou daquela maneira os dados do mundo, aciona diversos “quadros de sentido”. A análise da enunciação dos diferentes veículos mostra que eles utilizaram enquadramentos diferentes para dar sentido ao caso Ângela Diniz.

As matérias sobre o assassinato veiculadas assim que o crime ocorreu, isto é, em janeiro de 1977, acionaram um enquadramento que privilegiou a recuperação do passado de Ângela Diniz e dos escândalos em que ela esteve envolvida. Era um enquadramento que, de modo geral, convocava os leitores a “ver” Ângela como uma transgressora de valores, pois priorizava seu comportamento desviante em detrimento do ato criminoso de Doca. Nesse quadro de sentido, acionado de um lugar de fala machista, a honra masculina surge como valor máximo a ser preservado.

Já num segundo momento, em novembro de 1981, época do julgamento que resultou na condenação de Doca, a mídia acionou outro quadro de sentido. Desta vez, o enquadramento privilegiou o ativismo dos movimentos feministas, que teria influenciado a decisão do júri. Foi um enquadramento favorável a Ângela, mais combativo, focado menos em aspectos morais e mais em aspectos políticos. Predominou o tom de indignação para com a violência contra a mulher. Nesse segundo enquadramento, não é mais a honra, e sim a vida que emerge como valor a ser preservado. Direito à vida e às escolhas.

Finalmente, ressaltamos que a escolha dos quadros de sentido pela mídia não é arbitrária: a instância midiática constitui-se em diálogo com a sociedade e sua voz é a voz social. Os enquadramentos refletem um conjunto de valores dominantes em determinado momento numa dada sociedade; apontam para maneiras socialmente partilhadas de classificar os acontecimentos. A mudança de enquadramento (de desfavorável para favorável à mulher) não partiu da mídia, mas das ações práticas dos indivíduos no terreno do cotidiano, da mobilização de mulheres que foram às ruas e mostraram sua indignação.

4. Para concluir

O caminho que percorremos em busca dos lugares de fala contemplou, portanto, três eixos de discussão: o contexto imediato de ocorrência do fato, a enunciação dos

veículos e o contexto social mais amplo, que, no caso deste trabalho, correspondeu a um breve resgate histórico da posição da mulher na sociedade.

A análise desses três eixos nos permitiu enxergar que os veículos trataram do assassinato de Ângela Diniz sob dois ângulos opostos: ora de um lugar de fala machista, ora de um lugar de fala feminista. O discurso machista acionou um enquadramento que depreciava a imagem de Ângela e que sugeria a importância da preservação da honra masculina. Por outro lado, o discurso feminista enquadrou a participação dos movimentos feministas na luta pela condenação de Doca Street e apontou a vida e a liberdade de escolha como valores máximos a serem preservados.

Dentro de nossa compreensão relacional do fenômeno comunicativo, segundo a qual a produção midiática encontra-se profundamente inserida na dinâmica da vida social, acreditamos que o acionamento de quadros de sentido diferentes está ligado a mudanças importantes na maneira como a sociedade passou a enxergar a mulher e as relações de gênero. O caso Ângela Diniz parece ter funcionado como elemento detonador que fez eclodir os ecos feministas.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Tales [et al] A morte da pantera. **Manchete**, Rio de Janeiro, n.1291, 15 de jan. 1977, p. 4-11.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. 2003, vol.17, n.49, pp. 87-98. Disponível em: http://www.usp.br/nemge/textos_violencia/viol_polpublicas_blay.pdf#search=%22%22Angela%20diniz%22%22. Acessado em: 04-07-2009.

BRAGA, José Luiz. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000, p.159-184.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. 3. ed. Saraiva: 2003.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. New York: Harper and How, 1991.

LIMA, Vinícius. A justiça contra Doca Street. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1402, 15 de nov. 1981, p. 22.

MALTA, Maria Helena. O novo aliado das feministas. **IstoÉ**, São Paulo, n. 1133, 18 de nov. 1981, P. 53.

MEGALE, João Batista. Doca e Ângela: anatomia de um crime. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1292, 22 de jan. 1977, p. 14.

SCOFIELD, Thereza Helena Prates. **Possibilidades do feminino**: as telespectadoras de Ponta Porã. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VEJA, São Paulo: Editora Abril, n. 688, 11 de Nov. 1981.